

29.mai.2012 – 11h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** Conselho Nacional de Juventude
Ivo Santos (Presidente) e Paulo Pinheiro.
- Recebido por:** Presidente da Comissão, deputado José Ribeiro e Castro e deputados Pedro Pimpão (PSD), Isilda Aguincha (PSD), Bruno Coimbra (PSD), Rui Pedro Duarte (PS) e Joana Barata Lopes (PSD).
- Assunto:** Apresentação de cumprimentos da nova direção e breve exposição das respetivas linhas de ação prioritárias para este mandato.

Exposição: Após a apresentação de cumprimentos, o Presidente do Conselho Nacional de Juventude (CNJ) elencou as preocupações sentidas, que incidem em 5 áreas principais:

1. Ambiente e qualidade de vida

- 1.1. Saúde: Estilos de vida saudáveis, consumos de bebidas alcoólicas, particularmente nos espaços académicos, fazendo também referência a um estudo a desenvolver pelo Observatório da Juventude. Referiu ainda as ações de promoção do desporto com embaixadores desportistas.
- 1.2. Smart drugs – drogas legais com consequências danosas para a saúde.
- 1.3. Modelo de desenvolvimento sustentável.

2. Relações internacionais

Relações no espaço europeu, no espaço ibero-americano e no espaço euro-africano, CPLP, realçando a preparação da carta dos direitos dos jovens no âmbito da CPLP.

3. Associativismo e participação juvenil

Referiu que está em avaliação a questão do voto aos 16 anos e evidenciou a problemática da relação entre representantes e representados e o afastamento dos jovens dos processos políticos. Realçou que tudo mudou nos últimos anos, nomeadamente com a utilização da *internet*, mas o sistema político não teve alterações.

Mencionou que acompanharão de perto a alteração da lei do associativismo jovem e pediu para o Conselho ser ouvido pela AR em relação à mesma.

4. Emprego e assuntos sociais

Fez referência às questões da igualdade do género e do combate à xenofobia e à sua importância no atual momento de crise de valores e indicou a campanha do tráfico de seres humanos.

No que se refere ao emprego, fez menção à campanha “e se ... fosse um jovem desempregado”, em que se equaciona a hipótese de o 1.º Ministro, outros membros do Governo, líderes políticos, etc, serem um jovem desempregado, tendo eleito o desemprego jovem como o inimigo público n.º 1. Realçou que a taxa de desemprego dos jovens atinge 36%. Propôs que haja responsáveis distritais em relação ao desemprego.

Solicitou ainda que o CNJ passe a fazer parte do Conselho Económico e Social e referiu a necessidade de regulamentação de várias medidas europeias. Mencionou ainda a solidariedade entre gerações, nomeadamente no que se refere à alteração da lei laboral e ao regime de segurança social e propôs a criação de um Provedor das Novas Gerações, para assegurar o direito dos mais jovens e de uma Lei de Bases do Relacionamento Intergeracional. Indicou ainda a hipótese de enquadramento das instituições de juventude com um regime equiparado ao das Instituições Particulares de Solidariedade Social.

5. Educação

5.1. Ação social escolar no ensino superior: Propôs um modelo de linearidade e não de escalões, referindo que a partir de 2005 a ação social é suportada por fundos comunitários, tendo-se perdido a relação anterior de igualdade entre a bolsa, o salário mínimo e as propinas.

Referiu que é necessária uma revisão profunda da ação social escolar e propôs o desenvolvimento de um estudo, pela Direção Geral do Ensino Superior, para a ação social sustentável, com partilha social de risco e intervenção de mais parceiros.

5.2. Reforma curricular: referiu que as escolas devem ter tempo para ministrarem as disciplinas que entenderem mais adequadas e mencionou que se está a pôr em causa a educação para a cidadania, bem como a educação sexual e para o voluntariado.

Evidenciou a importância da educação não formal e propôs a criação de um modelo de ficha educativa com reconhecimento das competências adquiridas no âmbito da mesma.

Por último, o Presidente do CNJ referiu a necessidade de regulamentação da lei do Conselho, datada de 2006, propondo a transferência de verbas através do orçamento da AR, como acontece em relação a outras entidades autónomas, como por exemplo a Comissão Nacional de Eleições.

De seguida o Presidente da Comissão referiu que vai ser feita uma audição sobre Juventude, eventualmente no início da próxima sessão e informou que se for alterada a lei do associativismo jovem serão consultados sobre a mesma. Em relação à ação social escolar entende que não haverá necessidade de alteração da lei vigente, mas sim de introdução de afinações, a realizar atempadamente, para que no início do ano letivo os alunos já conheçam o novo regime.

Referiu que o alcoolismo juvenil é muito grave, indicando que os anos de dependência em relação ao álcool e à droga são completamente perdidos e mencionou a hipótese de se desenvolverem ações conjuntamente com a Comissão de Saúde.

Quanto à educação superior referiu o isolamento dos jovens africanos e a importância do relacionamento com os mesmos, até para estreitamento de relações futuras a vários níveis. Concordou com a importância dos debates sobre participação política e com a análise do desemprego jovem e do desemprego de longa duração. Referiu ainda o estudo da demografia com previsão de redução dos habitantes portugueses para 6.000.000 até ao final do século, salientando a necessidade de alteração do regime de segurança social.

O Presidente do CNJ disponibilizou-se para participarem na audição sobre Juventude e transmitiu as preocupações das Associações Académicas com a ação social escolar, reiterando a necessidade de um desenvolvimento sustentado da mesma, com base num estudo sobre a matéria, sob pena de deixar de a ação social terminar quando cessarem os apoios comunitários. Realçou ainda que o desemprego juvenil também tem implicações a nível demográfico.

O deputado Rui Pedro Duarte (PS) salientou o papel do CNJ como ligação ao mundo e aos parceiros públicos e particularmente como parceiro do Estado sobre políticas públicas de Juventude. Concordou com a preocupação em relação às *smart drugs* e evidenciou o facto de o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência ter sede em Portugal. Concordou com a presença do CNJ no Conselho Económico e Social. Referiu que a Carta dos Direitos dos Jovens está para aprovação no Parlamento Europeu, mencionou as questões do voluntariado e informou que a Espanha inscreveu na lei a educação não formal.

Manifestou ainda a sua concordância com a votação dos jovens aos 16 anos, desde que haja recenseamento voluntário dos mesmos para esse efeito, propondo que o CNJ tome a vanguarda desse processo e realçou a necessidade de formação em termos de cidadania.

O Presidente do CNJ reiterou a transversalidade das matérias da Juventude, a sustentabilidade do ensino superior e a necessidade de equipas nacionais, a nível de NUTS (Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal) para combate ao desemprego, localizando hipóteses de emprego. Aproveitou ainda para convidar os deputados para participarem nos trabalhos do CNJ em Braga, em 28 a 30 de Setembro.

O deputado Pedro Pimpão (PSD) referiu a importância do trabalho do CNJ para reflexão e debate das questões. Mencionou a existência de várias iniciativas legislativas aprovadas, nomeadamente em relação a drogas e à obesidade juvenil. Salientou a necessidade de combate ao desemprego jovem e ao impulso aos vários intervenientes, particularmente aos jovens e às empresas que os contratam. Fez referência à aprovação de uma Resolução sobre empreendedorismo jovem, que é considerado uma estratégia e não uma moda.

Aproveitou ainda para realçar que a reorganização curricular aposta na autonomia escolar e na ligação com a comunidade. Reiterou ainda a previsão de realização de uma conferência sobre Juventude no início da próxima sessão legislativa.

Por último a deputada Joana Barata Lopes (PSD) questionou a hipótese de concretização da equiparação das instituições de juventude a Instituições Particulares de Solidariedade Social.

O Presidente do CNJ referiu que propõem a proibição de todas as drogas até à sua legalização. Propôs a criação de um gabinete de combate à obesidade, a reativação do gabinete de estudos juvenil e mencionou que o Observatório da Juventude vai elaborar um Livro Branco da Juventude. Propôs ainda a criação de um Conselho Nacional de Empreendedorismo e Inovação e a participação do CNJ no mesmo. Por último fez menção à atividade dos escuteiros e à necessidade de alteração da lei dos fogos.

Palácio de São Bento, 29 de maio de 2012

A assessora da Comissão
Teresa Fernandes